

Portugal- A República no Banco dos Réus: Ecos da Operação Marquês

Publicado em 2025-10-26 11:41:23



Operação Marquês: O Processo, o Poder e o Tempo Lento da Justiça

*Este dossiê integra a série “**Contra o Teatro da Mediocridade**”. É a anatomia lírica e cirúrgica do processo que levou — pela primeira vez — um ex-primeiro-ministro português ao banco dos réus por alegada corrupção. Uma década, centenas de volumes, milhares de páginas, e um país inteiro à espera de uma sentença.*

1) O Essencial em 90 segundos

A **Operação Marquês** iniciou-se em 2014. Em 2021, a decisão instrutória do juiz Ivo Rosa eliminou a maioria dos crimes de corrupção; porém, em **2024 a Relação de Lisboa reverteu em grande parte** essa decisão e remeteu o processo a julgamento. Em **3 de Julho de 2025** começou o julgamento: o Ministério Público imputa a José Sócrates **22 crimes** (corrupção, branqueamento e fraude fiscal). É um marco sem precedentes na justiça portuguesa. (Fontes: TRL, RTP, ECO, El País).

Referências: TRL/Jun-2025; decisão TRL/Mar-2024; início do julgamento em 03-07-2025; imputação de 22 crimes.

2) Cronologia — os marcos que mudaram o rumo

Data	Marco	Impacto
2014	Início da investigação (“Operação Marquês”)	Abre-se o inquérito criminal nos circuitos de capitais.
2014-2015	Detenções e medidas de coacção iniciais	Medidas restritivas; prisão preventiva.
1 Abr 2021	Decisão instrutória (Ivo Rosa)	Cai a maioria das imputações de crimes menores. 10-12-2021
21 Mar 2024	Relação anula em parte a decisão de Ivo Rosa	Reabre via para julgamento.

Data	Marco	Impacto
6 Dez 2024	TRL remete processo para julgamento	Recurso sem efeito sobre julgamento. ^{2~}
3 Jul 2025	Arranque do julgamento no Campus da Justiça	Primeiro ex-PM julgado segundo o MP. ^{3~}

3) Quem está em julgamento e porquê

A acusação descreve um esquema com **pagamentos, vantagens e circuitos de branqueamento** envolvendo empresários, bancos e empresas, com destaque para as relações com o *Grupo Espírito Santo* e com o alegado “testa-de-ferro” Carlos Santos Silva. A Relação, em 2024–2025, devolveu densidade criminal ao caso, levando ao banco dos réus um conjunto alargado de arguidos (pessoas e empresas).^{4~}

Arguido	Crimes imputados (síntese)	M
José Sócrates	22 crimes: corrupção, 13 de branqueamento, 6 de fraude fiscal	E in
Carlos Santos Silva	23 crimes (corrupção, branqueamento, fraude fiscal)	A c
Ricardo Salgado	11 crimes (corrupção e branqueamento)	L in

Arguido	Crimes imputados (síntese)	
Armando Vara	2 crimes (corrupção e branqueamento)	
Zeinal Bava / Henrique Granadeiro	Corrupção, branqueamento, fraude fiscal (n.ºs variáveis)	

4) O que mudou com a Relação (e porquê isso importa)

A decisão de instrução de 2021 tinha deixado o processo reduzido, com a queda das imputações de corrupção mais mediáticas. Em **Março-Dezembro de 2024**, a Relação de Lisboa **anulou em parte** aquela decisão e determinou o envio para julgamento, **sem efeito suspensivo**. Em 2025, nova decisão da Relação consolidou este rumo. Resultado: **reposição** de várias imputações graves e avanço para julgamento substancial.^{10~}

5) Mini-processos e ramificações

Paralelamente, avançou um **processo conexo por branqueamento** (Sócrates e Santos Silva) enviado a julgamento em Junho de 2025, após quedas parciais de falsificação. É um “satélite” da Marquês, mas com dinâmica própria.^{11~}

Processo

Âmbito

Operação Marquês
(principal)

Corrupção, branqueamento, fraude fiscal
e outros

Processo conexo
(branqueamento)

3 crimes de branqueamento (Sócrates e
Santos Silva)

6) A leitura crítica — política, justiça e tempo

A Operação Marquês tornou-se o *stress test* da democracia portuguesa: mostrou-nos um **tempo judicial incompatível** com a expectativa social, a fragilidade da instrução e a força dos recursos. Para uns, é um caso de *lawfare*; para outros, prova de **captura do Estado** por interesses económicos. A verdade decisiva, porém, só nascerá em sentença. Até lá, paira o risco de **prescrição** de factos mais antigos e a erosão da confiança pública.¹⁴

“A justiça que chega tarde ensina o cinismo. A justiça que chega a tempo funda a esperança.”

7) Documentos e referências-chave

- Relação de Lisboa anula em parte a decisão instrutória e reabre via para julgamento (Mar-2024).¹⁵
- Despachos/decisões TRL sobre remessa a julgamento (Dez-2024) e tramitação subsequente.¹⁶
- Arranque do julgamento (03-07-2025): sínteses RTP, SOL, ECO, El País; número e natureza dos crimes.¹⁷
- Sumários e listagens de arguidos/crimes (compilação pública/enciclopédica).¹⁸

— *Augustus Veritas & Francisco Gonçalves*

Publicado em [Fragmentos do Caos](#) — série *Contra o Teatro da Mediocridade*.

[leia]



Fragmentos do Caos:

[Blogue](#)

• [Ebooks](#)

• [Carrossel](#)

👁 Esta página foi visitada ... vezes.

[Contactos](#)